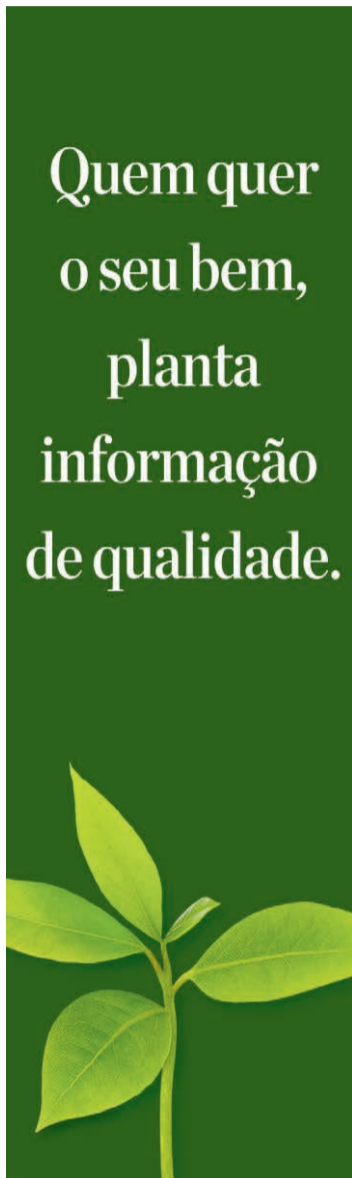


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CNPJ 17.343.682/0001-38 - **Relatório Anual de Agente Fiduciário** - Encontra-se à disposição dos Srs. Investidores o relatório anual da 1ª emissão de Debêntures da Ageo Terminals e Armazéns Gerais S.A. CNPJ 03.798.096/0001-73 em que a PENTÁGONO atuou como Agente Fiduciário, no exercício social findo em 31.12.2015, nos termos e forma do artigo 68, § 1º, b da Lei nº 6.404/76 e artigo 12, XVII, XVIII e XIX da Instrução CVM 28/83. Este anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não implicando em qualquer recomendação de investimento.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CNPJ 17.343.682/0001-38 - **Relatório Anual de Agente Fiduciário e Agente de Letras** - Encontra-se à disposição dos Srs. Investidores o relatório anual das emissões de Debêntures, Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras em que a PENTÁGONO atuou como Agente Fiduciário e Agente de Letras, respectivamente, no exercício social findo em 31.12.2015, nos termos e forma do artigo 68, § 1º, b da Lei nº 6.404/76 e artigo 12, XVII, XVIII e XIX da Instrução CVM 28/83. Este anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não implicando em qualquer recomendação de investimento.



Quem quer o seu bem, planta informação de qualidade.

Sustentabilidade

No mercado de produtos para a agricultura, a Anuger afirma atuar com qualidade.

A utilização para captar água

Seção temática **Sustentabilidade.** Todas as terças-feiras no DCI.

Vamos ao que interessa

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social Arujá

CNPJ nº 66.518.267/0012-36

Demonstrações Financeiras

| Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (em Reais) | | | | Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (em Reais) | | | |
|---|-------|---------------------|---------------------|---|-------|---------------------|---------------------|
| Ativo | Notas | 2015 | 2014 | Passivo e Patrimônio Líquido | Notas | 2015 | 2014 |
| Ativo Circulante | | | | Passivo Circulante | | | |
| Bancos - Contas Movimento | 4 | 20,00 | 26,50 | Fornecedores | | 394.325,42 | 367.681,03 |
| Bancos - Aplicações Financeiras | 5 | 1.403.061,22 | 646.996,71 | Obrigações Trabalhistas | 9 | 337.669,20 | 317.614,93 |
| Adiantamentos a Empregados | 6 | 54.782,79 | 66.163,87 | Obrigações Sociais e Fiscais | 10 | 179.187,05 | 167.635,46 |
| Adiantamentos para Despesas | | 479,65 | 343,25 | Contas a Pagar | | 26.975,56 | 9.890,29 |
| Impostos Recuperáveis | | 971,93 | 971,93 | Provisões para Férias e Encargos | | 506.628,57 | 503.140,50 |
| Créditos com Contrato de Gestão | 7 | 2.013.037,68 | 1.791.101,95 | | | 1.444.785,80 | 1.365.962,21 |
| Outros Créditos | | 5.000,00 | 5.000,00 | Passivo Não Circulante | | | |
| | | 3.477.353,27 | 2.510.604,21 | Bens Públicos em nosso poder | 11 | 55.895,04 | 48.287,55 |
| | | | | | | 55.895,04 | 48.287,55 |
| Ativo não Circulante | | | | Patrimônio Líquido | | | |
| Imobilizado | 8 | 55.895,04 | 48.287,55 | Patrimônio Social | | 1.144.642,00 | 942.062,16 |
| | | 55.895,04 | 48.287,55 | Superávit do Exercício | | 887.925,47 | 223.981,42 |
| | | | | Transferências Patrimoniais | | - | (21.401,58) |
| Total do Ativo | | 3.533.248,31 | 2.558.891,76 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 3.533.248,31 | 2.558.891,76 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (em Reais) | | | |
|---|-------------------|------------|-----------------------------|
| | Patrimônio Social | Superávit | Transferências Patrimoniais |
| Saldo em 01 de janeiro de 2014 (Reapresentado) | 761.944,25 | 198.628,81 | (18.510,90) |
| Incorporação do Superávit do Exercício Anterior | - | 198.628,81 | - |
| Incorporação das Transferências Patrimoniais | (18.510,90) | - | - |
| Transferências Patrimoniais | - | - | 18.510,90 |
| Superávit do Exercício | - | 223.981,42 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado) | 942.062,16 | 223.981,42 | (21.401,58) |
| Incorporação do Superávit do Exercício Anterior | - | 223.981,42 | - |
| Incorporação das Transferências Patrimoniais | (21.401,58) | - | - |
| Superávit do Exercício | - | 887.925,47 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1.144.642,00 | 887.925,47 | - |

| Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais) | | | |
|---|--|--|--|
| 1. Contexto Operacional; O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de nº 646/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro. O CEJAM mantém junto à Prefeitura Municipal de Arujá o Contrato de Gestão de nº 2.385, celebrado em 24 de abril de 2012, Processo nº 195.197/2012, Portaria nº 17.723/2012, visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Maternidade Dalila Ferreira Barbosa, em conjunto com o Pronto Atendimento Municipal de Arujá e o Pronto Atendimento Municipal do Parque Rodrigo Barreto. | | | |

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2. a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficiárias de assistência social. 2. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2. d) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. **Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3. a) **Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não derivativos: a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2015 e 2014. 3. b) **Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2014 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas no início do exercício. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. 3. c) **Redução ao valor recuperável (impairment):** Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. 3. d) **Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3. e) **Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3. f) **Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizações pertencentes à gestão pública" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3. g) **Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3. h) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3. i) **Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

| 5. Bancos - Aplicações Financeiras | | | |
|--|---------------------|-------------------|--|
| Banco Santander (Brasil) S.A.-Conta nº3121-6 | 2015 | 2014 | |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 43.332,58 | 646.996,71 | |
| -Conta nº3561-2 | 1.359.728,64 | - | |
| | 1.403.061,22 | 646.996,71 | |

| 7. Créditos com Contratos de Gestão | | | |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|--|
| Contrato de Gestão nº 2385/2012 | 2015 | 2014 | |
| | 2.013.037,68 | 1.791.101,95 | |
| | 2.013.037,68 | 1.791.101,95 | |

| 8. Imobilizado | | | |
|--|-----|------------------|------------------|
| Imobilizado de Gestão Pública | | | |
| Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico | 10% | 10.135,96 | 8.925,96 |
| Equipamentos de Uso Médico | 10% | 10.396,55 | 8.275,80 |
| Equipamentos de Informática | 20% | 12.454,77 | 10.417,22 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 2.669,51 | 2.669,51 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 41.150,02 | 30.880,45 |
| (-) Depreciação Acumulada | | (20.911,77) | (12.881,39) |
| | | 55.895,04 | 48.287,55 |

| 9. Obrigações Trabalhistas | | | |
|----------------------------|-------------------|-------------------|--|
| Salários a Pagar | 2015 | 2014 | |
| | 337.669,20 | 317.614,93 | |
| | 337.669,20 | 317.614,93 | |

| 10. Obrigações Sociais e Fiscais | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| INSS a Recolher | 2015 | 2014 | |
| FGTS a Recolher | 31.374,84 | 29.664,01 | |
| Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher | 53.842,45 | 49.527,13 | |
| PIS sobre Folha de Pagamento a Recolher | 7.625,74 | 10.437,50 | |
| IRRF a Recolher | 8.740,28 | 8.007,60 | |
| CSRF a Recolher | 46.828,54 | 50.813,08 | |
| INSS Retido de PJ a Recolher | 13.297,23 | 3.255,00 | |
| INSS Retido na Fonte a Recolher | 11.923,95 | 10.829,58 | |
| ISS Retido na Fonte a Recolher | 5.524,02 | 5.101,56 | |
| | 179.187,05 | 167.635,46 | |

| 11. Bens Públicos em Nosso Poder; | | | |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|--|
| Contrato de Gestão nº 2385/2012 | 2015 | 2014 | |
| | 22.926.872,65 | 20.763.651,59 | |
| | 22.926.872,65 | 20.763.651,59 | |

| 12. Receitas e Despesas Financeiras | | | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|--|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 2015 | 2014 | |
| Descontos Obtidos | 208.264,46 | 103.383,64 | |
| (-) Despesas Bancárias | 8.298,38 | 7.592,21 | |
| (-) Juros e Mora Comerciais | (6.169,48) | (5.209,94) | |
| (-) Juros e Acréscimos Fiscais | (955,28) | (191,96) | |
| | 209.394,46 | 105.425,53 | |

| 13. Custos com Pessoal Próprio | | | |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|--|
| Remunerações | 2015 | 2014 | |
| Benefícios | 5.922.285,27 | 5.566.538,79 | |
| Encargos Sociais | 506.654,78 | 526.147,06 | |
| | 6.983.650,03 | 6.639.914,72 | |

| 14. Custos com Serviços Terceirizados | | | |
|--|----------------------|----------------------|--|
| Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas | 2015 | 2014 | |
| Serviços Prestados por Pessoas Físicas | 11.993.909,56 | 11.257.216,70 | |
| | 11.997.306,06 | 11.257.216,70 | |

| 15. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo | | | |
|--|---------------------|---------------------|--|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 2015 | 2014 | |
| Materiais de Consumo | 1.660.513,96 | 1.313.506,67 | |
| Materiais de Conservação e Reparos | 829.443,66 | 773.058,86 | |
| Outros Materiais e Insumos | 80.865,25 | 71.797,84 | |
| | 2.608.225,54 | 2.182.728,96 | |

| 16. Despesas Gerais | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| Contas de Consumo (Água, Luz e Energia Elétrica) | 2015 | 2014 | |
| Aluguéis (Veículos, Equipamentos e Aparelhos) | 488.084,12 | 439.178,21 | |
| Administrativas | 107.206,23 | 99.316,07 | |
| Publicidade | 8.228,80 | 5.292,05 | |
| Eventos | 510,00 | 470,00 | |
| Bens não Imobilizados | 532,65 | 375,74 | |
| Outras Despesas Gerais | 1.443,05 | - | |
| | 616.737,74 | 548.949,20 | |

| 17. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: | | | |
|--|--|--|--|
| Atendimento em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. 20. Certificado Beneficente de Assistência Social (Cebas): O CEJAM possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) sob o número 25000.11509/2010-25/MS, com validade até 29 de novembro de 2010 e que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 06 de julho de 2010 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde. Em 19 de janeiro de 2012, o CEJAM recebeu do Ministério da Saúde o ofício nº 1092/2011/CGCER/CEBAS/SAS/MS informando que este departamento entendeu que a atividade preponderante do CEJAM estaria enquadrada na área de assistência social e portanto seu pedido de renovação do CEBAS deveria ter sido realizado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 01 de fevereiro de 2012, o CEJAM protocolou no Ministério da Saúde o processo administrativo solicitando que fosse anulado o reconhecimento da atividade preponderante enquadrada na área de assistência social e que fosse reconsiderada a atividade preponderante relacionada à saúde e fosse reconsiderado o seu pedido de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação | | | |

| 18. Custos com Materiais de Consumo | | | |
|--|---------------------|---------------------|--|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 2015 | 2014 | |
| Materiais de Consumo | 1.660.513,96 | 1.313.506,67 | |
| Materiais de Conservação e Reparos | 829.443,66 | 773.058,86 | |
| Outros Materiais e Insumos | 80.865,25 | 71.797,84 | |
| | 2.608.225,54 | 2.182.728,96 | |

| 19. Custos com Serviços Terceirizados | | | |
|--|----------------------|----------------------|--|
| Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas | 2015 | 2014 | |
| Serviços Prestados por Pessoas Físicas | 11.993.909,56 | 11.257.216,70 | |
| | 11.997.306,06 | 11.257.216,70 | |

| 20. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo | | | |
|--|---------------------|---------------------|--|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 2015 | 2014 | |
| Materiais de Consumo | 1.660.513,96 | 1.313.506,67 | |
| Materiais de Conservação e Reparos | 829.443,66 | 773.058,86 | |
| Outros Materiais e Insumos | 80.865,25 | 71.797,84 | |
| | 2.608.225,54 | 2.182.728,96 | |

| 21. Despesas Gerais | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| Contas de Consumo (Água, Luz e Energia Elétrica) | 2015 | 2014 | |
| Aluguéis (Veículos, Equipamentos e Aparelhos) | 488.084,12 | 439.178,21 | |
| Administrativas | 107.206,23 | 99.316,07 | |
| Publicidade | 8.228,80 | 5.292,05 | |
| Eventos | 510,00 | 470,00 | |
| Bens não Imobilizados | 532,65 | 375,74 | |
| Outras Despesas Gerais | 1.443,05 | - | |
| | 616.737,74 | 548.949,20 | |

| 22. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): | | | |
|---|--|--|--|
| Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Em atendimento à ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2015, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa. • COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo); • CSLL incidente sobre o superávit: 0%. Com base nos percentuais acima | | | |